PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DOS UTENTES

De acordo com a legislação em vigor sobre a proteção de dados pessoais todos os profissionais que prestam serviço na CBJ estão obrigados a sigilo profissional, à confidencialidade de todas as informações dos utentes não podendo divulgar a identificação ou outras informações referentes ao estado de saúde dos utentes atendidos por esta clínica, mesmo após o termo das suas funções.

O utente tem direito à confidencialidade de toda a informação clínica e elementos identificativos que lhe digam respeito.

DIREITOS DOS UTENTES QUANTO AOS SEUS DADOS PESSOAIS

DIREITO DE INFORMAÇÃO

O titular dos dados tem o direito de ser informado, de forma clara e transparente sobre:

- Qual a finalidade dos dados pedidos;
- Quem é o responsável pelo tratamento dos dados;
- A quem podem ser comunicados os dados fornecidos;
- Quais os dados que tem que fornecer obrigatoriamente.

DIREITO DE RETIFICAÇÃO ELIMINAÇÃO

Tem o direito de exigir que os dados a seu respeito sejam exatos e atuais, podendo solicitar a sua retificação. O exercício do direito de retificação e eliminação é exercido diretamente junto dos administrativos.

Os dados pessoais a que a CBJ terá acesso serão os que o utilizador faculte voluntariamente no secretariado e os que decorrem dos cuidados de saúde prestados na clínica.

Serão pedidos os documentos seguintes: Cartão Cidadão /BI, Cartão utente, Cartão do seguro ou subsistema, morada e contactos. Estes dados são indispensáveis para que possa ser contactado em caso de necessidade (por exemplo desmarcar ou remarcar consulta).

A finalidade dos dados é exclusivamente para a prestação de cuidados de saúde.

DIREITO DE OPOSIÇÃO

Direito de se opor, a seu pedido e gratuitamente, ao tratamento dos seus dados pessoais para efeitos de marketing direto ou de qualquer outra forma de prospeção.

Tem o direito de se opor a que os seus dados pessoais sejam comunicados a terceiros, salvo disposição legal em contrário

LEGISLAÇÃO EM VIGOR

- Lei 58/2019, de 08 de agosto;
- Lei 26/2016 de 22 de agosto – Lei de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos;
- Lei nº 12/2005, de 26 de janeiro – Informação Genética Pessoal e Informação de Saúde.